3R

Ano I • Edição 1 • Dezembro 2021

Revista bimestral da Justiça Federal da 3ª Região

RETROSPECTIVA

Relembre os principais acontecimentos do ano

Nesta Edição

Direito Previdenciário: especialistas opinam sobre o impacto das mudanças recentes no Judiciário

Os desafios e perspectivas para o retorno seguro ao trabalho presencial

Sustentabilidade e acessibilidade direcionam mudanças na 3ª Região

Editorial

Um ano de desafios, conquistas e transformações

Chegamos ao fim de um ano extremamente importante para a Justiça Federal da 3ª Região. Passamos, em 2021, por muitas mudanças, com notáveis avanços e conquistas que ficarão para a história. Não foi um ano fácil. Encaramos, mais uma vez, a pandemia e suas inúmeras dificuldades com cuidado e dedicação, garantindo a manutenção da prestação jurisdicional.

Promovemos, neste ano, reestruturações relevantes no Tribunal e nas Seções Judiciárias. Unificamos as bibliotecas do TRF3 e da Seção Judiciária de São Paulo, criando a Biblioteca da Justiça Federal da 3ª Região e a Biblioteca Digital da Justiça Federal da 3ª Região, iniciativas que ampliaram o acesso ao conhecimento e estabeleceram mecanismos eficientes para o controle do material bibliográfico da 3ª Região.

Na Seção Judiciária de São Paulo, houve, também, a criação da Central Unificada de Cálculos Judiciais e da Central de Distribuição e Protocolo, solução adotada para racionalizar e otimizar o trabalho dos servidores.

Outra mudança marcante ocorreu nas unidades de comunicação, que foram centralizadas na Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A medida teve como objetivo promover maior uniformidade na comunicação da instituição.

No mesmo sentido, foram realizadas integrações dos veículos de comunicação interna e, da fusão entre o TRF3 Notícias e o Justiça em Revista, nasce esta publicação, a 3R.

Acima:
Mairan Maia, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Abaixo à esquerda:
Márcio Ferro Catapani
Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo.

Abaixo à direita:
Ricardo Damasceno de Almeida
Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

Em sua primeira edição, a 3R apresenta um conteúdo especial de retrospectiva 2021, rememorando os principais acontecimentos e realizações deste ano, que fechamos com chave de ouro ao realizar, com grande sucesso, o Juizado Especial Federal Itinerante em Corumbá/MS, em novembro, e ao receber, neste mês, o prêmio Innovare.

A honraria, concedida pelo desenvolvimento do sistema SIGMA, coroa o trabalho desenvolvido por magistrados e servidores nos ambientes de inovação da JF3R e reforça o caráter vanguardista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nos tornamos, nos últimos anos, referência em tecnologia e inovação.

Além da retrospectiva, após dois anos da promulgação da Emenda Constitucional 103/2019, a publicação apresenta matéria especial sobre as recentes mudanças no Direito Previdenciário com foco nos impactos da Reforma da Previdência na Justiça Federal.

Foram entrevistadas a corregedora-regional da Justiça Federal da 3ª Região, desembargadora federal Marisa Santos; a coordenadora das Turmas Recursais da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, juíza federal Monique Marchioli Leite; a vice-presidente no exercício da Presidência do Juizado Especial Federal de São Paulo (JEF/SP), juíza federal Gisele Bueno da Cruz de Lima; e a presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção São Paulo (OAB/SP), Adriane Bramante.

O texto também ressalta a recente criação do Fórum Interinstitucional Previdenciário, espaço que irá fortalecer o diálogo entre as instituições e aperfeiçoar os procedimentos relacionados às demandas previdenciárias.

Recomendamos, ainda, a leitura da reportagem sobre as iniciativas de impacto socioambiental na Justiça Federal da 3ª Região no ano e do PJe informa, também em edição especial de retrospectiva, que relembra os avanços dos sistemas eletrônicos da 3ª Região e detalha a migração dos Juizados Especiais Federais.

Diante da retomada das atividades à forma presencial ordinária após o recesso, destacamos a reportagem realizada junto às unidades de saúde da JF3R sobre os cuidados necessários com a covid-19, no retorno ao trabalho. Pois, como sabemos, a pandemia ainda não acabou.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos nossos servidores pelo trabalho desenvolvido ao longo deste ano.

Desejamos um feliz natal, um próspero ano novo e uma boa leitura a todos.

Mairan Maia
Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Márcio Ferro Catapani
Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo

Ricardo Damasceno de Almeida
Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

Retrospectiva

Relembre os principais acontecimentos e conquistas da Justiça Federal da 3ª Região em 2021

Inovações tecnológicas garantiram
melhores condições de trabalho e premiações

Segundo ano de pandemia, 2021 certamente não foi um ano fácil, mas ficará marcado por realizações e conquistas importantes para a Justiça Federal da 3ª Região.

A conclusão da reengenharia do Prédio-Sede do TRF3, a implantação do Juízo 100% Digital, o início da operação do bem sucedido Balcão Virtual, as diversas premiações e outras manifestações de reconhecimento das ações inovadoras da Justiça Federal da 3ª Região são alguns dos motivos para que servidores e magistrados tenham orgulho do que realizaram neste ano.

Confira abaixo uma linha do tempo com os principais acontecimentos na JF3R em 2021.

JANEIRO

Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN)

No primeiro mês do ano, houve uma importante novidade na Justiça Federal da 3ª Região. **Os atos judiciais de processos com tramitação no PJe passaram a ser publicados no Diário de Justiça Eletrônico Nacional**. A medida foi determinada pela Resolução Pres nº 398/2020.

Novos servidores

Durante os primeiros dias de janeiro, 21 novos servidores tomaram posse na JFSP. Eles passaram por ambientação institucional que contou com atividades presenciais e virtuais.

Facebook

Na Seção Judiciária de São Paulo, a inovação foi nas redes sociais. No dia 18/01, a Seção Judiciária passou a publicar no Facebook. **A página da SJSP conta hoje com mais de 600 seguidores**, que acompanham postagens diárias na rede.

FEVEREIRO

Juízo 100% Digital

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região iniciou, no mês de fevereiro, a implantação do **projeto "Juízo 100% Digital"** em varas selecionadas da Justiça Federal em São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O objetivo foi virtualizar por completo todos os atos processuais, inclusive o atendimento ao público, audiências e sessões de julgamento na 2ª Vara Previdenciária de São Paulo, na 10ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo, na 3ª Vara Federal de Santo André/SP e na 2ª Vara Federal de Ponta Porã/MS.

LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados trouxe muitos desafios para a Justiça. Na 3ª Região, o Comitê criado para aplicação da legislação lançou, em fevereiro, **uma página especial para a JF3R**.

Conciliar é Legal - Premiações

O TRF3 recebeu duas premiações durante a cerimônia virtual da **XI Edição do "Conciliar é Legal"**, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No Eixo Boas Práticas, categoria Demandas Complexas e Coletiva, foi vencedora a prática "Eficiência e Eficácia na Mediação ou Conciliação com o Poder Público em ação multitudinária", realizada pela Central de Conciliação de São Paulo (Cecon-SP). Já no Eixo Produtividade, a JF3R recebeu menção honrosa por realizar o maior número de acordos durante a XV Semana Nacional da Conciliação.

Avanços na digitalização

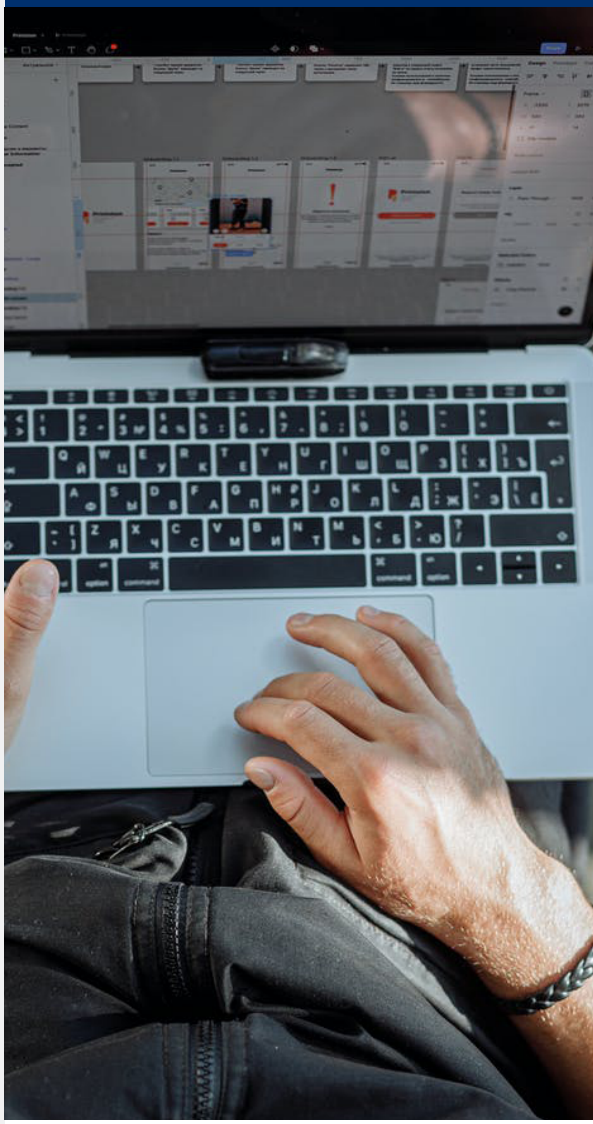
Em fevereiro de 2021, a Justiça Federal em Mato Grosso do Sul atingiu a marca de 94,25% de processos virtuais em tramitação.

VI Encontro de Juízes Federais da TRs e JEFs

A EMAG e a Ajufesp promoveram, nos dias 25 e 26 de fevereiro, o VI Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região. O evento foi transmitido ao vivo pelo **canal da Emag** no Youtube.

Aumento da Produtividade

O Processo Judicial Eletrônico e suporte de TI para magistrados e servidores contribuíram para a prestação de serviços durante a pandemia. Balanço divulgado em fevereiro revelou que o **TRF3 e as Varas Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul registraram aumento de produtividade em 2020.** Mesmo com os desafios impostos pela pandemia, o total de julgamentos foi superior ao ano anterior. No TRF3, foram 181,7 mil julgamentos ante 179,9 mil em 2019, um crescimento de 1%. Nas Varas Federais, o crescimento foi de 4,3%, com salto de 232 mil processos julgados em 2019 para 242 mil no ano passado.



MARÇO

Um ano de teletrabalho

A Justiça Federal da 3ª Região provou que pode ser tão eficaz presencialmente quanto remotamente. O trabalho nunca parou. **Foram editados mais de 3,4 milhões de atos em um ano de teletrabalho, além de quase 39 milhões de movimentações processuais realizadas**. Os números reúnem 678.940 acórdãos e sentenças, 750.892 decisões, 2.033.449 despachos no TRF3, nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais da Justiça Federal da 3ª Região. Foram também realizadas 38.914.690 movimentações processuais.

Novas ferramentas digitais

O TRF3 disponibilizou novas ferramentas para o trabalho on-line e para atender melhor seus usuários internos e externos. Uma delas foi o **formulário eletrônico de peticionamento para processos** que ainda tramitam em suporte físico e não tenham sido convertidos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). A medida é regulamentada pela **Resolução Pres nº 400/2021**, que entrou em vigor a partir de 30 de março. **Confira o texto**.

Oficinas

Os laboratórios de inovação da 3ª Região tiveram grande destaque durante todo o ano. Em março, foram realizadas oficinas sobre acordo de não persecução penal. A finalidade foi buscar soluções para viabilizar, padronizar e **difundir o instituto processual penal**, regulamentado pela Lei nº 13.964/2019, que incluiu o tema no artigo 28-A do Código de Processo Penal (CPP). A ideia foi, também, gerar o diálogo entre as instituições, bem como institucionalizar e colocar em prática as soluções encontradas.

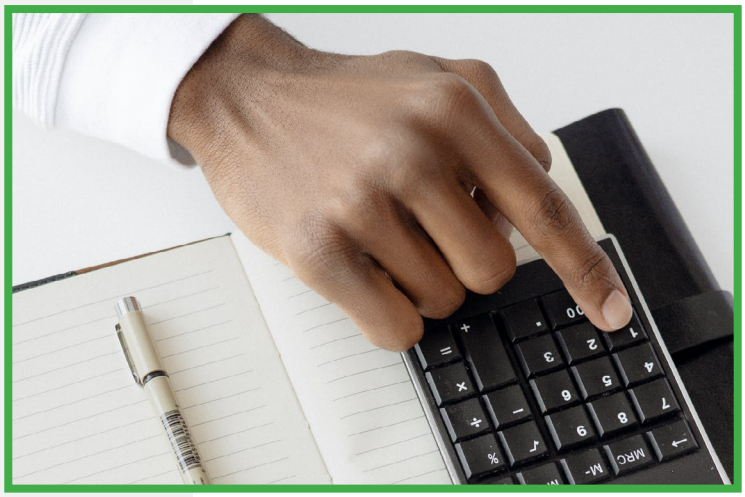
ABRIL

O início do Balcão Virtual

Uma importante e bem sucedida novidade foi iniciada em abril, o **Balcão Virtual para atendimento de advogados e público em geral por videoconferência**. A ferramenta está disponível no site do TRF3 e das Seções Judiciárias de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, e apresenta ao usuário uma relação de secretarias e unidades judiciárias para atendimento.

Relatório de Gestão

Em abril, o TRF3 divulgou o **Relatório de Gestão 2020**. O Documento apresenta as ações prioritárias adotadas pela Justiça Federal da 3ª Região e os resultados alcançados. A publicação apresenta de forma integrada informações relativas à estrutura organizacional, riscos, oportunidades e perspectivas, governança estratégica, desempenho e informações orçamentárias e financeiras da Justiça Federal da 3ª Região.



Central Única de Cálculos Judiciais

A Justiça Federal em 1º Grau em São Paulo passou por transformações importantes em abril. Com o objetivo de racionalizar e otimizar os trabalhos dos servidores de cálculos judiciais da SJSP, foi desenvolvida a Central Única de Cálculos Judiciais (Cecalc). A medida foi determinada pela Resolução CJF3R nº 66/2021, que criou também a Central de Distribuição e Protocolo da Seção Judiciária de São Paulo (CEDIS).

O início da migração

Em abril, também foi iniciada a **implantação do PJe nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais** de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, em abril. A mudança faz parte do Projeto TRF3 100% PJe, que tem como objetivo transformar o PJe no sistema processual único da Justiça Federal da 3ª Região e promover o interesse público, com economia de recursos e eficiência na prestação dos serviços.

Conforme a Resolução PRES 402/2021, o Juizado Especial Federal Adjunto de Lins foi escolhido como unidade piloto para a migração dos dados do Sistema Processual de 1º e 2º grau dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região (Sisjef) para o PJe.

Doações e cidadania

Cidadania sempre fez da parte das ações da 3ª Região. Em abril, **a Justiça Federal realizou doações a entidades e órgãos de Mato Grosso do Sul**. No mês anterior, foi formalizada a doação de 500 bens móveis, entre eles computadores, monitores e notebooks, para entidades e órgãos do estado. Os bens eram considerados inservíveis e classificados como ociosos, antieconômicos e irrecuperáveis para a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

Metas Nacionais atualizadas

O que não se mensura, não se controla. A Assessoria de Desenvolvimento Estratégico e Gestão Integrada atualizou, em abril, o **Painel BI de metas nacionais do Poder Judiciário**. Pela ferramenta, é possível acompanhar o desempenho da Justiça Federal da 3ª Região em cada uma das metas nacionais do ano de 2021. A página também apresenta link direto para os glossários do Conselho Nacional de Justiça(CNJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF)

JEF Explica

Outra novidade do mês de abril foi o início da série de vídeos lançada pela JFSP sobre os Juizados Especiais Federais. O primeiro vídeo da série "**JEF Explica**" foi publicado em 26/4, com orientações aos usuários externos dos Juizados Especiais Federais sobre os temas que mais geram dúvidas relacionadas ao seu funcionamento, documentos e procedimentos. O tema escolhido para o lançamento foi "Benefício Assistencial LOAS – Documento Essencial".

MAIO

Referência em tecnologia

O trabalho de inovação da 3ª Região ganhou ainda mais destaque. Em maio, o **CNJ aprovou boas práticas de governança da 3ª Região para integrar portal do Poder Judiciário**. Das seis iniciativas selecionadas como boas práticas no eixo Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação, cinco foram da 3ª Região: **SIGMA**, Equipe de Gestão de Dados, Incubadora de Soluções Tecnológicas do iJuspLab, **Programa e-Vara** e Sistema de Informação Predial.

A integração da Agenda 2030 da ONU

Após a bem sucedida experiência da plataforma Covid-19, o TRF3 criou a **plataforma interinstitucional de demandas ambientais e indígenas**. A medida promove a interlocução entre as instituições envolvidas nos litígios desta natureza e permite a construção de uma estratégia conjunta para o enfrentamento dos problemas.

Reciclagem

Preservar o planeta é dever de todos e de todas as instituições. O TRF3 também se preocupa com o meio ambiente, com a economia de recursos e com a reciclagem e **promoveu consulta pública sobre política institucional de gestão de resíduos sólidos.** Além de estabelecer a Política Institucional de Gestão de Resíduos Sólidos da Justiça Federal da 3ª Região, a norma destaca princípios e diretrizes e determina que o TRF3 e as Seções Judiciárias implementem, no prazo de 180 dias, Planos Institucionais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Unificação das bibliotecas

Em maio, as Bibliotecas da 3ª Região tiveram os seus serviços unificados. Atualmente as unidades trabalham integradas sob a coordenação do Núcleo de Biblioteca na coleta, tratamento, armazenamento e disseminação das informações doutrinárias e legislativas, necessárias às atividades de desembargadores, magistrados e servidores. **Acesse a página da Biblioteca JF3R na intranet**.

JUNHO

Primeiro Lugar em Governança

No ano das Olimpíadas de Tóquio, a Seção Judiciária de São Paulo ficou no lugar mais alto do pódio **no nível de maturidade em governança da Justiça Federal em 2020**. A SJSP obteve a maior nota no ranking geral; SJMS e TRF3 também se destacaram, ocupando 5ª e 6ª posição, respectivamente. Os dados constam do Relatório de Diagnóstico de Governança da Justiça Federal aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) na segunda-feira (31/5). O quinto lugar foi ocupado pela Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul (SJMS) e a sexta posição pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

Planejamento Estratégico

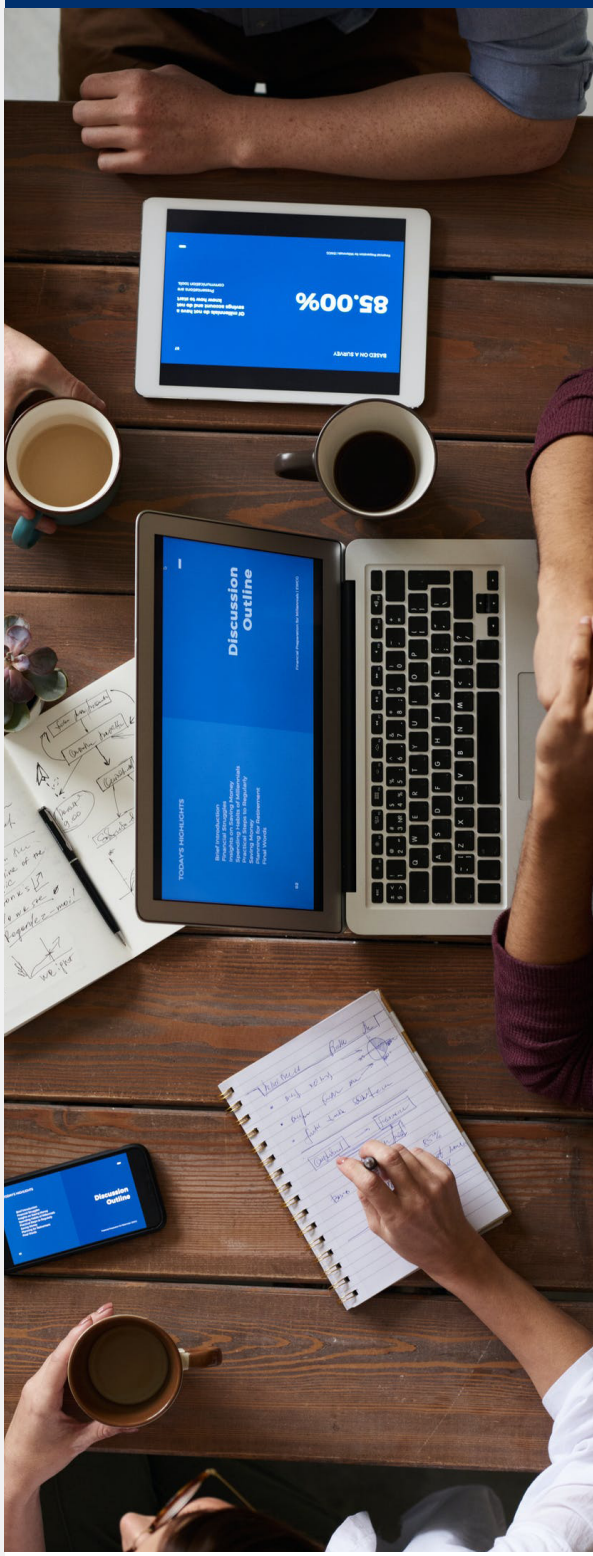
Em junho, a **Resolução PRES N° 434/21** estabeleceu o Plano Estratégico Regional da Justiça Federal da 3ª Região para o ciclo 2021-2026. O documento apresenta macro desafios e objetivos que devem ser observados pelo Tribunal e pelas Seções Judiciárias de Mato Grosso do Sul e São Paulo, nos próximos cinco anos. A publicação destaca a missão da Justiça Federal da 3ª Região de garantir à sociedade prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva. A visão de futuro é se consolidar perante a sociedade como justiça efetiva, transparente, independente e sustentável. Já os valores definidos são ética, respeito à cidadania e ao ser humano, sustentabilidade, transparência, qualidade, inovação, cooperação e segurança.

Ampliação da Justiça

Em junho, o TRF3 inaugurou a Segunda Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal em São Bernardo do Campo e o novo Fórum em Taubaté.

Bons Resultados

Gabinete da Conciliação homologou 292 acordos com poupadores da Caixa no primeiro semestre, entre janeiro e junho de 2021. Os processos em segundo grau foram movidos por clientes da Caixa Econômica Federal que suportaram prejuízos com os chamados "expurgos inflacionários" em contas de poupança, provocados pelos Planos Econômicos Bresser, Verão e Collor II, nas décadas de 80 e 90. Os acordos com o banco resultaram na liberação aos poupadores de mais de R$ 3 milhões no primeiro semestre. Os processos finalizados foram encaminhados ao GABCON pela Vice-Presidência do TRF3. Somente



no mês de junho de 2021, houve a homologação de 174 acordos e 17 ratificações de acordos homologados nas Centrais de Conciliação, movimentando R$ 2.219.562,40. Como comparação, no ano de 2020, foram promovidos 219 acordos no valor de R$ 916.570,69. Em 2019, 59 acordos totalizaram R$ 391.866,45.

JULHO

Progresso na migração dos Juizados

Avanços tecnológicos garantem migração de processos, além de velocidade e segurança. O TRF3 expandiu o processo judicial eletrônico para doze Juizados Especiais Federais do interior e litoral de São Paulo. Foi publicada em 26/7 no Diário Eletrônico, a **Resolução PRES N° 444/2021**, que determina **a implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), a partir de 6/8, nos Juizados Especiais Federais (JEFs) Adjuntos das Subseções de Assis, Guaratinguetá, Itapeva, Jales, Barretos, Tupã, Jaú e São João da Boa Vista, e, a partir dia 13/8, nos JEFs de Caraguatatuba, Limeira, Andradina e Registro.** A medida faz parte do Projeto TRF3 100% PJe, que tem como objetivo transformar o PJe no sistema processual único da Justiça Federal da 3ª Região.

Acessibilidade e Inclusão

A 3ª Região está a cada dia mais inclusiva. Em julho, **TRF3 e JFSP anunciou a instalação de postos de atendimento para pessoas com deficiência auditiva.** O termo assinado entre o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), a Justiça Federal em São Paulo (JFSP) e a Secretaria Municipal da Pessoa Com Deficiência (SMPED) da cidade de São Paulo prevê a instalação de cinco Postos de Atendimento Presencial (PAP) da Central de Intermediação de Libras (CIL) no prédio sede do TRF3, no Fórum Cível, no Fórum Criminal, no Fórum Previdenciário e no Juizado Especial Federal de São Paulo. A medida faz parte do Plano de Ação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3ª Região.

Tecnologia Adequada

Levantamento publicado pelo CNJ considerou que **o TRF3 tem conjuntura tecnológica 69% adequada para o Justiça 4.0.** O relatório foi realizado entre 25 de maio e 9 de junho e apontou, ainda, que o TRF3 possui 63% de adequação na perspectiva de governança; 67% em desenvolvimento; e 76% em infraestrutura.

AGOSTO

Investimentos em segurança

Segurança é uma prioridade para a atual gestão do TRF3. Em agosto, foram realizadas capacitações em toda 3ª Região. **Agentes do TRF3 e da JFSP participaram de treinamentos da Polícia Federal em Brasília.** E, na JFMS, servidores passaram por treinamento da Polícia Rodoviária Federal.

Migração avançando

Mais avanços na migração dos Juizados para o PJE. Em 9/8, foi publicada **a Resolução PRES N° 448/2021**, que determinou a implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), a partir de 20/8, nos Juizados Especiais Federais (JEFs) das Subseções de Avaré, Catanduva e São Bernardo do Campo, e, a partir dia 27/8, nos JEFs de Araçatuba, Barueri, Bragança Paulista, Mauá, Ourinhos e Taubaté.

SETEMBRO

Uma nova ferramenta de e-mails

Um dos momentos mais marcantes do ano, do ponto de vista dos usuários internos, foi a migração do GroupWise para Microsoft Outlook. A mudança foi realizada no início de setembro e ocorreu graças à contratação do pacote de serviços Microsoft 365, que proporcionou o uso de diversas novas ferramentas de trabalho na 3ª Regiao.

Transformações na Comunicação

Padronização, racionalização e otimização dos procedimentos das áreas de comunicação da 3.ª Região. Foram esses os objetivos buscados com a unificação dos setores de comunicação social na JF3R. Desde setembro, os trabalhos foram concentrados na Assessoria de Comunicação Social do TRF3.

Sistemas Processuais

O TRF3 iniciou em setembro a última etapa da migração dos sistemas processuais dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais para o PJe. A implantação em mais 17 unidades está sendo realizada desde outubro e será concluída em janeiro de 2022.

Simplificando Métodos

A TRF3 editou a Resolução PRES nº 459/21, que dispõe sobre procedimentos em casos de suspeição ou impedimento de magistrado. A norma simplifica e dinamiza métodos na Justiça Federal em São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Conclusão das obras de reengenharia

A reestruturação do edifício-sede do TRF3, iniciada em 2020, foi concluída em setembro deste ano. A medida permitiu a devolução de imóveis alugados, a criação de um novo refeitório, de um espaço de convivência e de uma reserva estratégica para receber novos gabinetes. Saiba mais na página 37.

Aumento do número de servidores

Em setembro, novos servidores tomaram posse na Justiça Federal do Mato Grosso do Sul. Em 24/09, cinco novos servidores se integraram a Justiça Federal no cargo de técnico judiciário - área administrativa. Os servidores foram distribuídos entre as Subseções de Ponta Porã e Dourados.

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

OUTUBRO

O anúncio do Innovare

Em outubro, recebemos uma notícia muito importante. O projeto SIGMA, do TRF3, foi anunciado como vencedor do **PRÊMIO INNOVARE 2021**. Com aplicação da inteligência artificial, o sistema fornece insumos qualificados para a produção de peças processuais.

O Sigma foi desenvolvido por magistrados e servidores do TRF3 e da Seção Judiciária de São Paulo e é gerenciado em parceria do Núcleo de Inovação e Inteligência Artificial (NIIA) com a Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) do TRF3.

O sistema tem como objetivo facilitar a produção de minutas, aumentando a produtividade e qualidade da prestação jurisdicional. Por meio de buscas inteligentes realizadas com rapidez, o Sigma elimina

tarefas repetitivas e fornece insumos qualificados para produção de minutas. O sistema é capaz de identificar o fundamento legal das peças, considerando o entendimento do magistrado sobre um determinado assunto. A ferramenta já está disponível nos gabinetes do Tribunal e encontra-se em fase de implementação no primeiro grau.

Prêmio Ajufe

O **TRF3 ganhou prêmio AJUFE de boas práticas de gestão**. A Iniciativa prestigia trabalhos que apostam em transformação, criatividade e alternativas para superação das dificuldades. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) foi vencedor do V Prêmio AJUFE Boas Práticas de Gestão na categoria "Inovadores Prêmio Boas Práticas - Institucional".

Mais magistrados

Em outubro, o TRF3 **divulgou edital de abertura do XX Concurso Público para Juiz Federal Substituto**. A seleção é para o provimento de 106 cargos das Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul. Do total, são reservadas seis vagas para pessoas com deficiência e 21 aos candidatos que se autodeclararem negros (pretos ou pardos).

Boas Práticas

A **Vice-Presidência do TRF3 reduziu em 43% taxa de congestionamento de processos**; O setor anunciou, em outubro, que registrou uma redução de 18.188 processos em tramitação líquida nos primeiros 18 meses da gestão da desembargadora federal Consuelo Yoshida. Em março de 2020, quando a magistrada assumiu o setor, havia 41.374 feitos. No final de setembro de 2021, o número era de 23.186. O resultado revela que, mesmo durante o período da pandemia, a taxa de congestionamento foi diminuída em aproximadamente 43,95%.

Novos sites

A Justiça Federal da 3ª Região mudou sua "porta de entrada" virtual. Os sites de Internet e Intranet foram totalmente reformulados com foco na experiência do usuário. A migração foi iniciada na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, na segunda quinzena de outubro.

Juízo 100% digital

O TRF3 instituiu o **"Juízo 100% Digital"** na Justiça Federal em São Paulo e Mato Grosso do Sul. O projeto, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a **Resolução 345/2020**, amplia o conceito de tramitação eletrônica de autos.

Assim, não apenas o processo, mas todos os atos processuais, o atendimento ao público, as audiências e as sessões de julgamento são realizadas por meio eletrônico e remoto. Desta forma, as audiências e sessões de julgamento serão realizadas sem a necessidade de comparecimento presencial das partes ou dos advogados e procuradores.

NOVEMBRO

Conciliação

A Justiça Federal da 3ª Região vem se consolidando como referência em conciliação. Em novembro, o **TRF3 e o TJSP abriram a XVI SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO EM SÃO PAULO** A campanha, promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2006, é um esforço anual concentrado do Poder Judiciário para a solução de conflitos judiciais de maneira harmoniosa. Neste ano, o evento incentivou a conciliação nas execuções fiscais e não fiscais e teve como tema "Conciliação: mais tempo para você". Na 3ª Região, o trabalho de magistrados e servidores ocorre durante todo o ano. Só em 2021, até o mês de setembro, as CECONs já promoveram 26.779 mil audiências virtuais de conciliação, alcançando 20.781 acordos e movimentando mais de R$ 72 milhões.

Equidade racial

No mês da consciência negra, a Presidência do TRF3 ampliou o escopo da Comissão Gestora de Políticas de Gênero, que ganhou novas atribuições, novos integrantes e passou a se chamar Comissão Gestora de Políticas de Equidade Racial e de Gênero. A comissão atua no planejamento e acompanhamento de ações voltadas à promoção da diversidade racial e de gênero nos espaços formais de poder da Justiça Federal da 3.ª Região.

Inclusão dos deficientes auditivos

Em novembro, **o TRF3 iniciou a operação de Posto de Atendimento Presencial para pessoas com deficiência auditiva**. O sistema realiza a intermediação entre a pessoa com deficiência e os servidores públicos, com atuação de um intérprete remoto por vídeo. Com o auxílio de servidores, o usuário irá entrar em contato com a Central de Intermediação em Libras e, pelo canal, o intérprete de libras irá fazer a interlocução entre o usuário e os setores do Tribunal. Durante o período de vigência da **Portaria Pres/Core nº 24/2021**, os atendimentos são realizados exclusivamente pela SEJU, sem necessidade de agendamento prévio. Ao chegar ao TRF3, pessoas com deficiência auditiva serão direcionadas à secretaria.

Nova desembargadora

Em sessão plenária, foi definida a lista tríplice para a vaga de desembargador federal do TRF3 decorrente da aposentadoria do desembargador federal Fábio Prieto. Foram indicados os juízes federais Leila Paiva Morrison, Herbert Cornelio Pieter de Bruyin Júnior e Renata Andrade Lotufo. Por ter constado três vezes seguidas na lista de indicações por merecimento, Leila Paiva ocupará a vaga.

Trabalho Itinerante

A Justiça Federal mostrou que vai até o cidadão. Em novembro, o **Juizado Especial Federal itinerante foi a Corumbá/MS**, interior de Mato Grosso do Sul, e promoveu, em parceria com outros órgãos públicos, mais de 400 atendimentos.

Nos cinco dias de trabalho foram realizados 209 atendimentos de assistência social, 108 expedições de RGs, 57 orientações jurídicas, 42 atendimentos para ações, com 10 ações ajuizadas, 32 encaminhamentos para ajuizamento de demandas, dois acordos formalizados e 32 protocolos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A primeira etapa dos trabalhos do JEF itinerante na cidade foi encerrada em 20/11. O projeto compreende duas visitas aos locais escolhidos. Em 2022, haverá uma nova etapa, para dar continuidade aos atendimentos iniciados.

Pacto Global

A Justiça Federal da 3ª Região tem assumido importantes compromissos com a sociedade. Em novembro, o TRF3 apresentou a **primeira Comunicação de Engajamento ao Pacto Global da ONU**. O instrumento é um relatório obrigatório, realizado a cada dois anos, que demonstra as boas práticas de desenvolvimento sustentável adotadas pela instituição em apoio ao acordo. O Pacto Global é uma iniciativa de sustentabilidade corporativa mundial e visa contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Em sua primeira Comunicação de Engajamento, a Justiça Federal da 3ª Região descreveu as ações institucionais desenvolvidas com base nos dez compromissos universais do pacto e aos ODS nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

Fórum Previdenciário

Para promover debates, aperfeiçoar procedimentos e difundir boas práticas, em novembro, o **TRF3 criou o Fórum Interinstitucional Previdenciário** no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região. O objetivo é facilitar e fortalecer o diálogo entre as instituições e aperfeiçoar os procedimentos relacionados às demandas previdenciárias.

DEZEMBRO

Mais desembargadores!

Foi sancionada, no dia 1º/12, a Lei 14.253/21, que amplia para 55 o número de desembargadores federais no TRF3, por meio da transformação de cargos vagos de juiz federal substituto. Atualmente com 43 desembargadores, o TRF3 vai contar com mais 12 magistrados.

Nova Presidente

A cada biênio um desembargador federal é eleito para ocupar a Presidência do TRF3. **Em 1º/12, a desembargadora federal Marisa Santos** foi eleita presidente do TRF3 para o biênio 2022-2024, em sessão plenária administrativa híbrida realizada em 1º/12. Foram também eleitos os desembargadores Antonio Cedenho, como vice-presidente, e Luiz Stefanini, como corregedor-regional.

JF3R edita quase seis milhões de atos judiciais desde março de 2020

Produtividade se manteve alta durante período de pandemia

Desde as primeiras medidas de distanciamento em resposta à pandemia do novo coronavírus, a Justiça Federal da 3ª Região já editou quase seis milhões de atos judiciais.

Conforme balanço publicado em painel B.I. no site do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de março de 2020 a novembro de 2021, foram 3,5 milhões de despachos, 1,2 milhão de decisões, 1,1 milhão de sentenças e acórdãos, além de 71 milhões de movimentações processuais.

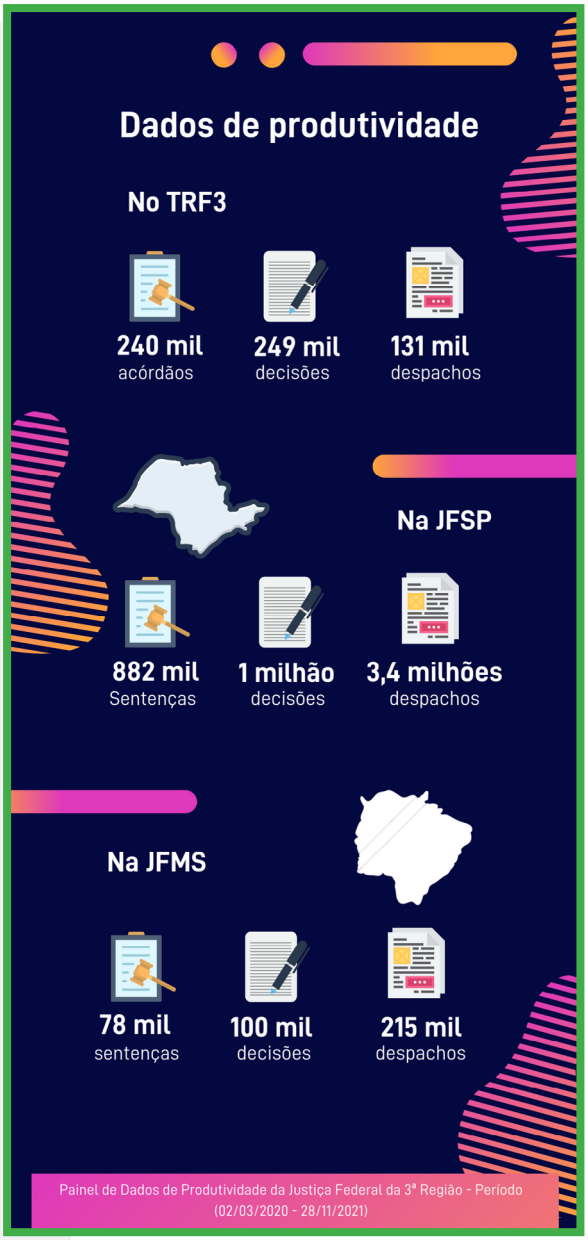
Confira abaixo os números por órgão:

TRF3 (Mapa SP e MS)
240 mil acórdãos
249 mil decisões
131 mil despachos

JFSP (Mapa SP)
882 mil sentenças
1 milhão decisões
3,4 milhões de despachos

JFMS (Mapa MS)
78 mil sentenças
100 mil decisões
215 mil despachos

Após a consolidação dos dados de 2021, será produzido um balanço comparativo entre 2021 e 2020. No ano passado, a **Justiça Federal da 3ª Região registrou aumento de produtividade no Tribunal e nas Varas Federais**.



Fonte: Painel de Dados de Produtividade da Justiça Federal da 3ª Região Período (02/03/2020 - 28/11/2021)

3ª Região na Mídia

Desembargadora Marisa Santos é eleita presidente do TRF-3 para o biênio 2022-2024

O plenário do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (TRF3), em São Paulo, elegeu a desembargadora federal Marisa Santos para presidir a Corte no biênio 2022-2024. Com jurisdição em São Paulo e Mato Grosso do Sul, o TRF3 é o maior tribunal regional federal do País. Natural de São Paulo, Marisa é magistrada desde 1988. Em 2002, foi promovida ao TRF3 e, desde o ano passado, ocupa o cargo de corregedora-regional.

https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/desembargadora-marisa-santos-e-eleita-presidente-do-trf-3-para-o-bienio-2022-2024/

Prêmio Innovare anuncia os vencedores de sua 18ª Edição

O prêmio Innovare apresentou hoje, no dia 7/12, em cerimônia virtual, os ganhadores e homenageados da 18ª Edição. O Projeto “Sigma - Ranqueamento de modelos de atos judiciais a partir de peças processuais”, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), foi a prática vencedora na categoria CNJ/Tecnologia.

Assista aqui: https://globoplay.globo.com/v/10108873/

‘Invisível’ aos 44 anos, boliviana que vive em MS vai ter documentos pela primeira vez

Enquanto estudantes se preparavam para as primeiras provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2021, funcionários da Justiça Federal e outros órgãos públicos de Mato Grosso do Sul vivenciavam, na prática, as consequências do problema abordado no tema da redação deste ano: “Invisibilidade e registro civil, garantia de acesso à cidadania no Brasil”.

https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/11/22/invisivel-aos-44-anos-boliviana-que-vive-em-ms-vai-ter-documentos-pela-primeira-vez.ghtml

TRF-3 institui passaporte de vacina nos prédios de SP e MS a partir de 7/1

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região publicou uma portaria nesta segunda-feira (6/12) que prevê a obrigatoriedade de vacinação contra a Covid-19 para entrar nos prédios da Justiça Federal de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. O passaporte da vacina passa a valer a partir de 7 de janeiro de 2022, após o recesso de fim de ano.

https://www.conjur.com.br/2021-dez-07/trf-institui-passaporte-vacina-pra-entrar-predios-sp-ms

MAIS NOTÍCIAS

Sancionada lei que amplia número de desembargadores em tribunais federais

Juíza exclui PIS da base da Cofins e Cofins da base do PIS, pois não são faturamento

‘Ignorado’ pelo Exército, militar foi à Justiça para permanecer em MS e participar do tratamento da filha

Cineasta é condenado por curta-metragem que incita ódio contra indígenas de MS

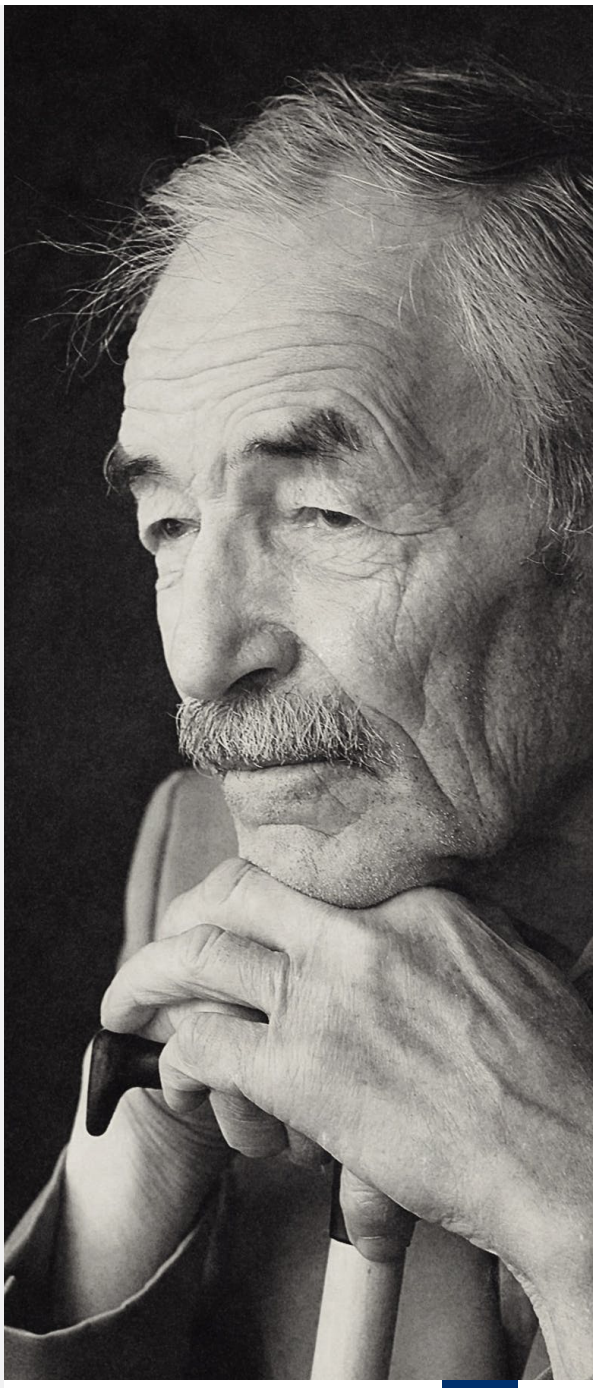
Direito Previdenciário: a opinião de especialistas sobre impactos das mudanças recentes na área

Reforma da Previdência e julgamento de Incidentes de Assunção de Competência e de Resolução de Demandas Repetitivas projetam futuro do Direito Previdenciário

As demandas previdenciárias representam a maior fatia de processos que tramitam na Justiça Federal em todo o país. Somente em 2019 e 2020, foram, em média, 300 mil ações ajuizadas por ano nas Varas Federais e Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul. Em 2021, o número atingiu a marca de 221.631, até o mês de agosto.

A alteração da legislação e das regras acarreta uma constante atualização dos operadores do Direito, dos servidores e, até mesmo, das pessoas que requerem o seu benefício judicialmente. Quais os desafios os magistrados e advogados têm encontrado na possível judicialização das várias regras e das situações trazidas? O que implicam o Incidente de Assunção de Competência (IAC6), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 5022820-39-2019.4.03.0000, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), nas ações previdenciárias?

Após dois anos da promulgação da Emenda Constitucional 103/2019, a revista 3R convidou quatro especialistas para tratar de assuntos que envolvem o futuro do Direito Previdenciário, com foco nos impactos da Reforma da Previdência na Justiça Federal: a corregedora-regional da Justiça Federal da 3ª Região, desembargadora federal Marisa Santos; a coordenadora das Turmas Recursais da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, juíza federal Monique Marchioli Leite; a vice-presidente no exercício da Presidência do Juizado Especial Federal de São Paulo, juíza federal Gisele Bueno da Cruz de Lima; e a presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção São Paulo (OAB/SP), Adriane Bramante.



Reforma da Previdência

A entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/19 trouxe profundas alterações no sistema previdenciário. O endurecimento das regras para obtenção dos benefícios já é visível, mas os reflexos imediatos, diretos e indiretos da reforma, diante da realidade socioeconômica do país, serão notados nos próximos anos.

Identificar os questionamentos judiciais sobre a última mudança ainda é tarefa difícil. Para a juíza federal Gisele Bueno, são regulares pedidos de conversão de tempo especial em comum prestado após 13/11/2019, data da emenda constitucional. “Alguns colegas também já se depararam com questionamentos sobre o valor da aposentadoria por incapacidade permanente, que, em muitos casos, fica muito inferior ao valor do auxílio por incapacidade temporária que a antecedeu”, disse.

Segundo dados extraídos do Sistema Processual de 1º e 2º grau dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região (SisJEF), a maior demanda previdenciária recebida pelo JEF/SP é a aposentadoria por incapacidade permanente. O assunto representava 44% dos processos previdenciários do juizado, no período de novembro de 2018 a novembro de 2019. No mesmo intervalo, entre 2020-2021, a demanda foi de 34%.

A juíza federal Monique Marchioli acredita que o valor do benefício por incapacidade permanente estará entre os mais demandados. Além disso, elenca a renda mensal da pensão por morte e a dificuldade com as perícias como destaques nas ações previdenciárias. “As questões chegam ao Poder Judiciário aos poucos. Na medida em que os segurados começam a se deparar com os prejuízos que as novas regras podem lhes causar, começam a surgir as ações”, salientou.

Na mesma linha, segue a advogada Adriane Bramante. Ela afirma que há diversas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal (STF) discutindo pontos controvertidos da reforma. “O mais demandado neste momento são os benefícios por incapacidade, pois além da reforma constitucional, tivemos outras mudanças legislativas com revisão dos benefícios por incapacidade em manutenção, gerando mais ações judiciais”.

Desafios para a Justiça e a advocacia

A vice-presidente do JEF/SP, Gisele Bueno, constata que, após a vigência da Emenda Constitucional 103/2019, o maior desafio foi a atualização

dos instrumentos de cálculo da contadoria judicial. “A reforma trouxe alterações na sistemática de cálculo dos benefícios, tais como regras de transição para aposentadorias e regras de redução em faixas para acumulação. Como nos Juizados são proferidas sentenças líquidas, houve um trabalho intenso para que pudéssemos ter ferramentas atualizadas”, explica.

Para a coordenadora das Turmas Recursais/MS, Monique Marchioli, a partir da reforma, todos os atores que atuam com o Direito Previdenciário devem estar atentos às novas regras, sobretudo quanto aos requisitos de idade para a aposentadoria, direito adquirido, para não se praticar injustiça com os segurados. Ela pontua a alteração da renda mensal inicial (R.M.I) da aposentadoria por incapacidade permanente como maior dificuldade.

“Em determinados casos, o auxílio por incapacidade temporária pode ser mais vantajoso do que a aposentadoria por incapacidade permanente. E é preciso estar atento ao momento em que foi realizado o requerimento administrativo, se antes ou depois da EC 103/19, pois isso implicará em um valor maior ou menor da R.M.I.”, orienta.

A presidente da Comissão de Direito Previdenciário OAB/SP, Adriane Bramante, esclarece que a mudança foi específica no cálculo da aposentadoria por incapacidade permanente. “Ressalvados os casos provenientes de acidente do trabalho, após a reforma o benefício temporário (auxílio-doença) passou a ter valor superior ao benefício permanente (invalidez). Já há decisões judiciais apontando pela inconstitucionalidade dessa mudança, diante da proteção fragilizada que estes segurados terão após a reforma. Certamente isso trará ainda mais ações judiciais para discutir também a natureza acidentária do benefício (antes da Emenda Constitucional 103/19 essa informação era irrelevante), para alcançar o percentual de 100% da média”, conta.

Outros desafios elencados pela advogada são a pensão por morte, as mudanças nas aposentadorias especial e por tempo de contribuição. “Estas alterações foram regulamentadas pelo Decreto 3.048/99, com redação pelo Decreto 10.410/20, que trouxe diversos pontos divergentes, dentre eles a contribuição em atraso, após sua publicação para efeito de direito adquirido ou aplicação das regras de transição. Contagem de carência, qualidade de segurado ou tempo de contribuição, também estão entre as mudanças. Certamente gerarão muita judicialização”, opina.

Segundo a desembargadora federal Marisa Santos, autora do livro "Direito Previdenciário Esquematizado", a alteração no cálculo dos benefícios por incapacidade ainda carece de dados para avaliação. "Pessoalmente creio que o segurado, que tem direito ao benefício, ainda não faz ideia do que está acontecendo", pondera.

Antecipação da aposentadoria

Uma situação já detectada é que muitas pessoas com o direito adquirido procuram antecipar o pedido de aposentadoria em virtude das mudanças das regras ao longo dos anos.

A juíza federal Gisele Bueno notou que, em vários processos, trabalhadores estão requerendo aposentadoria, não necessariamente como reflexo da reforma, mas que pode resultar na aplicação das novas regras.

Segundo a magistrada Monique Marchioli, em muitos casos, o segurado está no limite das regras de transição. "Às vezes, administrativamente, o benefício não é concedido, não restando outro caminho, senão o ajuizamento de ação, o que aumenta o número de demandas", analisa.

Essa procura também se reflete na advocacia. "Houve muita demanda antes da reforma e continua ainda hoje, com pessoas atrás de planejamento previdenciário em busca do melhor benefício ou mesmo para saber quando conseguirão se aposentar após as novas regras de transição", constata Adriane Bramante.

Produção de provas e perícia

A Emenda Constitucional 103/2019 também trouxe impactos para a produção de provas para obtenção de benefícios previdenciários.

Para Adriane Bramante, isso sempre existiu nas questões que envolvem tempo rural, exposição a agentes nocivos ou incapacidade para o trabalho.

Crise sanitária

A crise sanitária da Covid-19 e o desemprego também implicaram na busca de direitos na via judicial, principalmente em relação ao auxílio emergencial.

Conforme os dados extraídos do sistema processual do JEF/SP, não houve aumento nas demandas judiciais por benefícios previdenciários. Ao contrário, comparando-se o período novembro de 2018 a novembro de 2019 com os subsequentes, verifica-se uma diminuição da distribuição dessas ações no juizado.

A juíza Gisele Bueno faz uma ressalva: "O período de novembro de 2019 a novembro de 2020, foi afetado diretamente pela pandemia, o que fez surgir, a meu ver, uma maior necessidade de se recorrer à Justiça para obtenção do auxílio emergencial, deixando as demandas previdenciárias em segundo plano", sustenta.

A desembargadora federal Marisa Santos alerta que a população mais vulnerável sempre é a mais prejudicada, principalmente porque é a que sente diretamente o desemprego e deixa de pagar contribuição previdenciária. "Aí, não consegue exercer atividade formal, perde a condição de segurado e acaba sem cobertura previdenciária. Infelizmente, penso que a situação previdenciária atual está em processo de agravamento", adverte.

A demanda aumentou em relação aos períodos remotos sem registro ou a outras provas de tempo de contribuição. “Os advogados precisam usar mais os mecanismos probatórios do Código de Processo Civil, inclusive da perícia simplificada, nas ações previdenciárias.

A corregedora regional Marisa Santos confirma que a produção de provas em matéria previdenciária sempre foi um grande problema para a Justiça Federal e para a Justiça Estadual (em competência delegada). “Sempre tivemos escassez de peritos, o que se agravou em razão dos baixos honorários fixados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). De um lado, temos os peritos que já não querem trabalhar por esse motivo; de outro, vemos crescer o número de ajuizamentos de pedidos de benefícios por incapacidade em razão do aumento de pessoas desempregadas, depressivas. Muito em razão do que está passando no país como consequência devastadora da pandemia”, lamenta. “A questão dos honorários periciais precisa de urgente análise pelos Três Poderes”, conclui a desembargadora federal.

Competência delegada

No dia 5 de novembro de 2021, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou tese sobre os efeitos da Lei nº 13.876/19 e da Emenda Constitucional 103/19 no julgamento de processos previdenciários que tramitam por competência delegada na Justiça Estadual.

No julgamento do Incidente de Assunção de Competência 6 (IAC6), a Primeira Seção do STJ determinou que as ações previdenciárias, em tramitação na Justiça Estadual antes de 1º de janeiro de 2020, devem ser julgadas pela primeira instância do Poder Judiciário de cada estado.

A desembargadora Marisa Santos admite que a alteração das regras sobre a competência delegada em matéria previdenciária teve grande impacto na 3ª Região. Algumas subseções judiciárias tiveram aumento na distribuição de mais de 100% no ano de 2020, o que impactou diretamente nos Juizados Especiais Federais.

“Os levantamentos feitos pela Corregedoria Regional mostram que esse alto índice de aumento da distribuição se deve, principalmente, pela alteração nas regras da competência delegada e no alto número de novas ações visando a concessão do auxílio-emergencial e relativas ao FGTS”, exemplifica.

A magistrada informa que a Seção Judiciária de São Paulo absorveu cerca de 70% da competência delegada. Já a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul não sofreu impacto significativo.

"A decisão proferida no IAC6 foi extremamente importante, porque evitou que os processos que tramitavam na Justiça dos Estados em 01/01/2020 fossem redistribuídos à Justiça Federal. Evitou também que julgamentos fossem retardados pelas idas e vindas dos processos de uma justiça para outra", avalia.

Segundo a advogada Adriane Bramante, a tese firmada pelo STJ foi importante para o andamento dos processos que já tinham sido distribuídos antes das mudanças e aguardavam a definição da competência.

IRDR

Em 11 de fevereiro de 2021, a Terceira Seção do TRF3 aprovou o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 5022820-39-2019.4.03.0000, que tratou da readequação de benefícios previdenciários concedidos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 aos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003.

Com o julgamento, milhares de processos individuais em trâmite na Justiça Federal da 3ª Região, que estavam suspensos desde a admissibilidade do incidente, puderam ser solucionados a partir da uniformização da jurisprudência decidida pela Terceira Seção.

O IRDR é um instrumento criado pelo Código de Processo Civil (CPC) para solução de controvérsias jurídicas que se multiplicam em grande número de processos no âmbito dos tribunais.

A corregedora regional Marisa Santos argumenta que os IRDR's são fundamentais, porque tratam de questões apenas de direito, evitando a repetição de ações e o travamento da atividade jurisdicional.

Fórum Interinstitucional Previdenciário

No dia 18 de novembro de 2021, o TRF3 criou, por meio da Resolução PRES 474/2021, o Fórum Interinstitucional Previdenciário no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região. O objetivo é facilitar e fortalecer o diálogo entre as instituições e aperfeiçoar os procedimentos relacionados às demandas previdenciárias.

O Fórum é composto por magistrados e servidores da Justiça Federal da 3ª Região e representantes da OAB/SP e OAB/MS, da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), da Defensoria Pública da União (DPU), da Procuradoria Regional Federal da 3ª Região (PRF3) e da Superintendência Regional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A presidência do Fórum é do coordenador dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, desembargador federal Nino Toldo.

O instrumento busca, também, difundir boas práticas de gestão, identificar dificuldades e apresentar sugestões para a resolução consensual de conflitos. O grupo poderá, ainda, encaminhar solicitações, editar recomendações e enunciados, avalizar projetos, desenvolver estudos e realizar audiências públicas para aprimoramento da prestação jurisdicional.

PJe Informa

Migração do SisJEF para o PJe marca o ano de 2021

Em 2021, uma página importante da história dos JEFs foi escrita: a migração dos processos do Sistema Processual de 1º e 2º grau dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região (SisJEF) para o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A mudança de sistemas vem ocorrendo de forma gradual e teve início em 19 de abril, quando o PJe foi implantado no JEF adjunto de Lins/SP. Entre os dias 13 e 17 de dezembro, os processos dos JEFs de São Paulo (capital), de Campinas/SP e as Turmas Recursais migram para o PJe, restando apenas o JEF Corumbá/MS, que será migrado a partir de 24 de janeiro, de acordo com Resolução PRES 458/2021.

Com isso, o Sistema Processual de 1º e 2º grau dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região (SisJEF) e o Sistema de Peticionamento Eletrônico dos JEFs (PEPWEB) serão desativados. O Serviço de Atermação Online, utilizado pelas partes sem advogado, e a Manifestação de Terceiros permanecem em funcionamento, com direcionamento para o PJe.

“A migração para o PJe representa um avanço tecnológico de grande impacto, que traz muitos benefícios para magistrados, servidores e jurisdicionados”, declarou o coordenador dos Juizados Especiais Federais, desembargador federal Nino Toldo.

Segundo o coordenador, a migração tem ocorrido com estabilidade. “Mudanças como essa nunca são simples e trazem, naturalmente, estranhamentos iniciais. Com a colaboração de todos, estamos superando as dificuldades e progredindo”, concluiu.

A medida faz parte do Projeto TRF3 100% PJe, que tem como objetivo transformar o PJe no sistema processual único da Justiça Federal da 3ª Região. A unificação atende à política pública do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) que reconhece o PJe como sistema de processo eletrônico prioritário do Poder Judiciário.

Histórico de migrações

A Subseção de Lins/SP foi a primeira a receber o PJe, em 19/4, seguida por Marília/SP. No mês de agosto, o PJe foi implantado nas unidades paulistas de Assis, Guaratinguetá, Itapeva, Jales, Barretos, Tupã, Jaú, São João da Boa Vista, Caraguatatuba, Limeira, Andradina e Registro, Avaré, Catanduva, São Bernardo do Campo, Araçatuba, Barueri, Bragança Paulista, Mauá, Ourinhos e Taubaté.

Em setembro, Araraquara, Piracicaba, Presidente Prudente, São José dos Campos, Bauru, São José do Rio Preto, São Vicente, Americana, São Carlos, Botucatu e Guarulhos. No mês de outubro, Franca, Mogi das Cruzes, Santo André, Jundiaí, Santos e Osasco, todas da Subseção de São Paulo, passaram a utilizar o sistema.

Em novembro, o PJe foi instalado em Sorocaba e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo; e, em Dourados, Coxim, Ponta Porã, Naviraí e Três Lagoas; em Mato Grosso do Sul. No dia 3 de dezembro, passou a funcionar em Campo Grande/MS.

Justiça "sem papel"

Os Juizados Especiais Federais da 3ª Região nasceram, em 2002, já com um sistema eletrônico para tramitação processual: o SisJEF. Criado pelos próprios servidores, o sistema possibilitou a tramitação eletrônica de mais de cinco milhões de ações ao longo de 20 anos de história.

As principais mudanças dos sistemas da 3ª Região em 2021

07/01 - Digitalização de processos remetidos ao STJ pelas unidades de origem, em cumprimento da Resolução PRES – n.º 390/2020.

20/01 - Adesão ao Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN

26/01 - Nova Versão PJe 2.1.8 apresenta, entre várias novidades, as seguintes melhorias: Automação de etiquetas; Criação de Subetiquetas; Novos ícones na barra superior dos autos digitais; Viabilidade de cadastro de nome social e aproveitamento de cadastro de advogado em outros processos.

17/03 - Ampliação da capacidade de arquivos de vídeo no PJe de 50 Mb para 100 Mb.

12/05 - Remessa de mandados de segurança ao INSS para cumprimento de decisão passa a ser realizada diretamente via PJe.

17/06: Início da Integração Final do Sistema ePol da Polícia Federal com o PJe. (todas as subseções do Mato Grosso do Sul e as subseções de Osasco, Guarulhos, São Bernardo, Santo André, Mauá, Barueri e Mogi das Cruzes).

23/06 - Alteração na forma de classificação de suspensão ou sobrestamento nos processos do sistema PJe, para a correta alimentação do Banco Nacional de Precedentes no Conselho Nacional de Justiça.

23/06 - Alteração na forma de remessa de processos à Central Unificada de Cálculos Judiciais (CECALC), que passou a contar com formulário próprio e parâmetros disciplinados Resolução CJF3R n.º 66/2021.

06/08 - Criação de perfil "Magistrado Gestor" para a gestão do acervo da unidade, com as mesmas visibilidades do perfil de "Diretor de Secretaria".

23/08 - Utilização do PJe para o processamento de incidentes de resolução de demandas repetitivas.

26/08 - Atualização do Painel do Secretário para exibir as alterações de proclamações de julgamentos pelos gabinetes em tempo real na secretaria.

03/09 – Possibilidade de geração de lote de processos com etiqueta a partir de listagem obtida nos relatórios gerenciais do PJe, como os incluídos em sessão de julgamento, processos sobrestados, entre outras situações.

03/09 - Fluxo específico para análise de prevenção nos feitos de competência do Juizado Especial Federal, a partir das tarefas de triagem, de análise inicial e processamento I, bem como no fluxo do gabinete.

15/09 - Disponibilizado aos Magistrados o aplicativo Token PJe.

20/09 - Canal de Atendimento específico sobre a expansão do PJe nos Juizados Especiais Federais e canal exclusivo aos Juizados no aplicativo Telegram.

06/10 - Possibilidade de visualização pelas secretarias dos JEFs das etiquetas inseridas nos processos pelos setores de distribuição e vice-versa.

13/10 - Transferência de visibilidade dos processos baixados nos Juizados Especiais Federais a perfil próprio.

13/10 – Possibilidade de geração automática de etiquetas nos JEFs, referentes à representação processual.

13/10 - Implementação gradual de melhoria no sistema PJe quanto ao envio de processos ao Magistrado Auxiliar ou Substituto Legal, tornando desnecessária a abertura de chamados para cadastros dos magistrados nos órgãos designados.

17/11 - Expansão da remessa de mandados de segurança ao INSS para cumprimento de decisões judiciais via PJe.

19/11 - Cumprimento de decisões pela Receita Federal do Brasil pelo sistema PJe.

29/11 - Disponibilização de ferramenta para a geração de lote de processos com etiqueta no sistema PJe de 1º grau, a partir de listagem obtida nos relatórios gerenciais do PJe.

Retorno presencial seguro ao trabalho

Com a diminuição dos casos de Covid-19 e a vacinação de grande parte da população, já é possível um retorno seguro ao trabalho

O ano de 2022 vem com grandes expectativas de vida nova, esperança e o controle da Covid-19 no Brasil. Assim, o retorno presencial ao trabalho começa a ser realidade para aqueles que passaram quase dois anos de pandemia em teletrabalho.

Dados estatísticos de novembro mostram que o país atingiu 125,4 milhões de pessoas vacinadas com duas doses, de um total de 213,3 milhões - número que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) projeta para a população brasileira. Estão completamente imunizados contra a Covid 58,8% da população do país, sendo que São Paulo registra 71,7% da sua população completamente vacinada.

No TRF3 e nas Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a partir de 7 janeiro de 2022 será implementada a **Resolução PRES nº 370/2020**, alterada pela Resolução PRES nº 401/2021, que dispõe sobre o Trabalho Não Presencial (TNP) em suas diversas modalidades, para servidores e estagiários, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região.

Além disso, o ingresso e a permanência nos prédios e unidades da 3ª Região estarão condicionados à **comprovação da vacinação completa contra a Covid-19** ou apresentação de teste negativo para a doença, desde que realizado nas últimas 72 horas, de acordo com a Portaria Conjunta PRES/CORE nº 25/2021. A exigência é válida tanto para público externo quanto para magistrados, servidores e demais colaboradores da Justiça Federal.

O Desafio do Retorno

Para preparar o retorno e dar suporte aos servidores, a Secretaria de Gestão de Pessoas do TRF3 promoveu o X Ciclo de Palestras “O Desafio do Retorno às Atividades Presenciais com equipes híbridas”, de 16 a 19 de novembro, on-line.

Uma das palestras foi com a psicóloga Kátia de Lima, sobre “Gestão da Ansiedade”. A palestrante ressaltou que é necessária uma reestruturação cognitiva para que o retorno o ao trabalho não seja visto como um dano e sim como um desafio. Ela ressaltou que é preciso ser realista. “Nem tudo que eu quero vai acontecer, nem tudo é como gostaríamos que fosse”, afirmou lembrando do princípio da impermanência: tudo passa, tanto o que é bom quanto o que é ruim.

A palestrante ensinou técnicas de diminuição do estresse e gerenciamento da ansiedade, como o mindfulness, a empatia assertiva - que é falar com o outro de forma assertiva, não-violenta e com afeto - e o questionamento socrático, que é fazer perguntas a si mesmo, por exemplo: O que me faz achar que esse pensamento é real? Houve vezes que aconteceu realmente isso? a fim de eliminarmos a chamada ruminação das ideias que nos contamina e nos deixa preocupados muitas vezes sem necessidade.

Impactos do teletrabalho

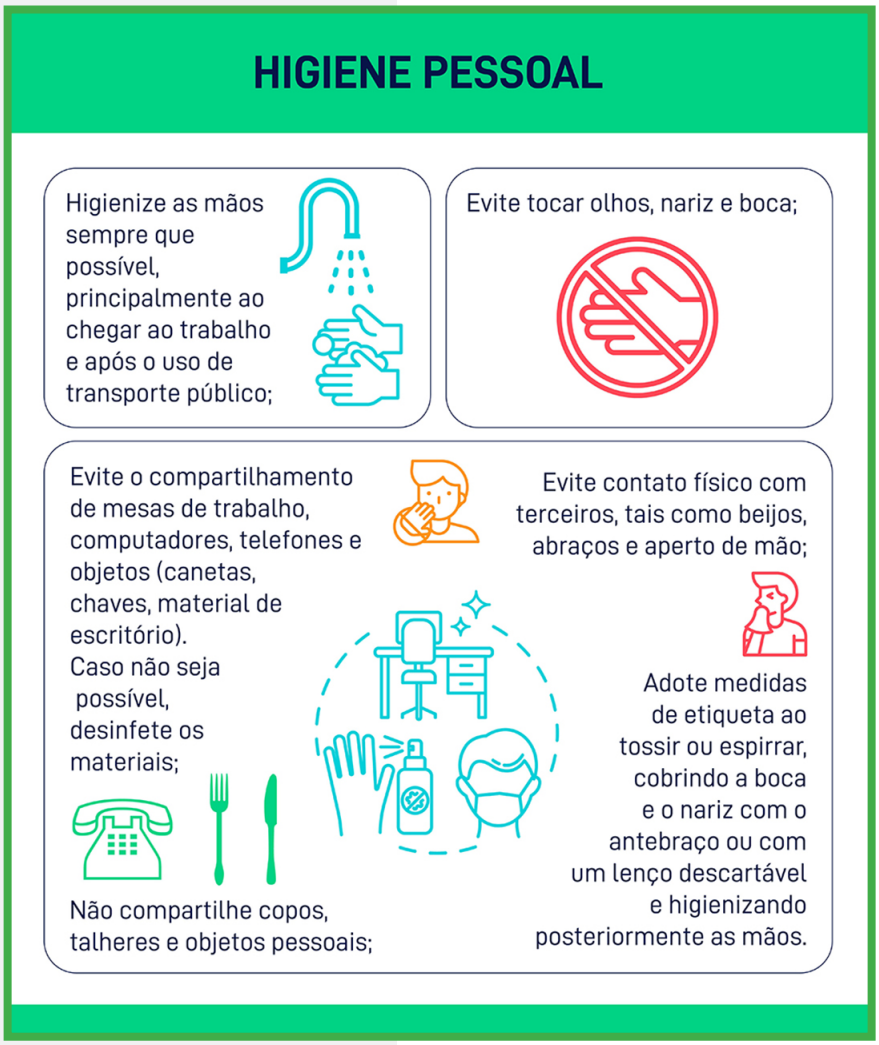
Na palestra “Desafios da Liderança de Pessoas e Equipes em trabalho remoto”, a doutora em psicologia, Gardênia da Silva Abbad, apresentou um estudo do teletrabalho na pandemia realizado com servidores públicos de Brasília. Nele foram abordados vários aspectos sobre os impactos positivos e negativos do teletrabalho no período.

Os impactos positivos do teletrabalho foram: sentir-se seguro em casa, ganho de tempo

com deslocamento, economia com combustível, maior produtividade, chance de conciliar responsabilidades familiares com o trabalho, oportunidades de aprender novas formas de trabalhar e maior eficiência após a adaptação ao trabalho remoto.

Já os impactos negativos verificados foram: aumento da desigualdade do trabalho doméstico e profissional para mulheres, aumento das desigualdades sociais, sofrimento, sobrecarga, solidão, isolamento social e profissional, inadequação de espaços e equipamentos em casa.

Em relação aos desafios, verificou-se: reclamação sobre mensagens instantâneas gerando estresse, falta de monitoramentos das entregas do trabalho, dificuldade de manter sinergias, crises de ansiedade e depressão, falta de privacidade, interferências múltiplas (barulho da vizinhança). No entanto, 92% dos servidores consideraram a experiência positiva e 51,4% consideram que conseguem realizar de 76% a 100% do trabalho remotamente.



A palestrante ressaltou que existem tarefas que podem ser levadas para o trabalho remoto e outras que não, assim como existem pessoas que conseguem ter um bom resultado com o trabalho remoto, pois são mais disciplinadas e realizam as tarefas com mais autonomia (sem precisar ficar perguntando o tempo todo) e outras pessoas que não conseguem um bom resultado.

Segurança no retorno

“Quem já está vacinado pode ter a certeza que seu retorno ao trabalho será seguro”, explica a médica Maramélia de Araújo de Miranda Alves, da JFSP.

Segundo ela, quem pode ir ao supermercado e sair na rua, já pode voltar a trabalhar, pois com os dados atuais da pandemia, quem já está vacinado pode seguramente retomar a vida, inclusive no trabalho. No entanto, o uso das máscaras ainda é necessário. “Em alguns países que liberaram as máscaras, e onde muitas pessoas não se vacinaram, estamos vendo um retorno da pandemia”, finalizou.

“Quem não foi em uma festa, quem ainda não saiu de casa?”, questiona a médica Rosely Timoner Glezer, do TRF3. Ela também afirmou que “já é seguro o retorno ao trabalho” e recomenda a vacinação.

A servidora Rosângela Maria Giacomini Souto, do Núcleo de Benefícios e Assistência à Saúde da JFSP, voltou ao trabalho presencial desde julho e recomenda que as pessoas não façam 100% de teletrabalho. “O teletrabalho funcionou quando o Fórum estava fechado. Gradativamente as pessoas vão ter que voltar. Acredito que terá perdas quem não retornar ao presencial”, afirmou citando o artigo do Jornal Valor Econômico baseado no livro do americano Peter Cappelli, professor de Wharton. Para o professor, o profissional remoto terá como desvantagem ganhar menos atenção, oportunidades e informações. Leia aqui.

De acordo com a psicóloga Iris Inari Bambil Ujiie Lima, da JFMS, é normal uma primeira resistência à mudança. “Primeiro as pessoas resistiram ao teletrabalho e agora resistem a voltar, mas conforme os critérios fiquem claros, menor será a resistência”, explicou.

A equipe de saúde da 3ª Região informou que está para ser aprovada uma **nota técnica** para ajudar os gestores a definirem quem faz parte ou não do grupo de risco e possibilitar desta maneira maior clareza sobre quem terá preferência em relação ao teletrabalho.

Um bom retorno

Muitos já voltaram ao trabalho presencial ainda em 2021. Foi o caso dos servidores da biblioteca da Seção Judiciária de São Paulo, alguns da área de saúde, atendimento e de segurança, entre outras.

A servidora Rosângela Maria Giacomini Souto afirma: “Voltar é seguro! Nós que tivemos que voltar desde julho, assim como alguns servidores de gestão de pessoas, do atendimento, estamos tomando todo cuidado no trabalho presencial, usamos máscara e álcool gel”, contou. Ela destacou que trabalha com licenças e recebeu pessoas positivadas pela Covid-19 que nunca pisaram no tribunal durante a pandemia, mas que de alguma forma tiveram contato com o vírus, “porque a pessoa não se isola 100%, uma hora ela vai ter que sair”.

A Secretaria de Segurança do TRF3 (SSEG) explica que durante o período excepcional manteve todos seus serviços e atividades e, assim, o retorno não representará uma contingência. “Aproveitamos a oportunidade para lembrar que as portas dos quadrantes fechados aumentam o nível de segurança do público interno, bem como proporcionam um maior e melhor controle do fluxo de pessoas”, afirmou o diretor da Subsecretaria de Policiamento, Inteligência e Operações Especiais (UPOE), Gustavo Moreno de Campos.

Ele recomenda que magistrados e servidores mantenham as precauções sugeridas pelas autoridades. “Não há motivo para apreensão”, considerou. Ele explicou ainda que as medidas de cunho sanitário vigentes são aquelas previstas nos decretos estadual e municipal, bem como nas resoluções do Tribunal e orientações da UBAS e, por fim, desejou que todos retornem tranquilos, disponham e contem com a SSEG.

Saúde Mental

Vale lembrar para aqueles que estão ansiosos, com depressão, burnout, sofrendo ou precisando de ajuda, que o TRF3, a JFSP e a JFMS dispõem de médicos e psicólogos.

Além disso, desde outubro de 2021, o **Programa Vivamente** promove ações de prevenção, acolhimento, tratamento e encaminhamento de questões de saúde mental, voltadas para servidores, magistrados, estagiários e funcionários terceirizados.

O objetivo é evitar o surgimento ou o agravamento do sofrimento psíquico e emocional, por intermédio de intervenções antecipadas para melhorar o bem-estar psicológico e a qualidade de vida no trabalho. Por isso, não hesite em procurar a equipe de saúde do seu órgão, se precisar de ajuda.

Confira mais dicas de saúde na seção Saúde e Bem-estar desta revista.

ATENÇÃO

Mantenha-se informado sobre todas as condutas fornecidas pela Divisão de Saúde e pelas autoridades sanitárias;

Comunique à Divisão Médica sobre casos suspeitos ou confirmados de covid entre seus colegas de trabalho;

Se tiver dúvidas, entre em contato com a divisão de saúde pelo email saude@trf3.jus.br e ramal 1563, no TRF;

Na JFSP - e.mail: admsp-susd@trf3.jus.br e WhatsApp Business: 2172-6508

Na JFMS- admms-susq@trf3.jus.br /ramais 1273 e 1152

Socioambiental

Justiça Federal da 3ª Região avança em sustentabilidade

No decorrer de 2021, a Justiça Federal da 3ª Região (JF3R) desenvolveu ações socioambientais que reafirmaram o compromisso do órgão para a promoção da inclusão e da integração, a economia dos recursos naturais e materiais e o respeito à diversidade.

Comunicação de Engajamento ao Pacto Global da ONU

No dia 13 de novembro de 2021, a JF3R apresentou a primeira Comunicação de Engajamento (COE) ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório é um instrumento obrigatório e deve ser entregue a cada dois anos, demonstrando as boas práticas de desenvolvimento sustentável adotadas pela instituição.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região aderiu ao Pacto Global em 2019. O acordo é uma iniciativa de sustentabilidade corporativa mundial e visa contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

“Nesta Comunicação de Engajamento, registram-se as ações para apoiar continuamente o Pacto Global e respectivos princípios, de modo a promover, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região e com a participação do público interno e externo, a efetiva realização de práticas de crescimento sustentável e exercício da cidadania”, destacou o presidente do TRF3, desembargador federal Mairan Maia. O relatório pode ser visto **aqui**.

Plataforma interinstitucional de demandas ambientais e indígenas

O TRF3 iniciou, em julho, os trabalhos da Plataforma Interinstitucional de demandas ambientais e indígenas. O objetivo é propiciar a troca de informações, a cooperação entre os órgãos, a criação de protocolos

consensuais e a solução preventiva de futuros litígios, a partir da articulação de todas as instituições envolvidas e do desenvolvimento de alianças estratégicas.

Gestão de Resíduos Sólidos

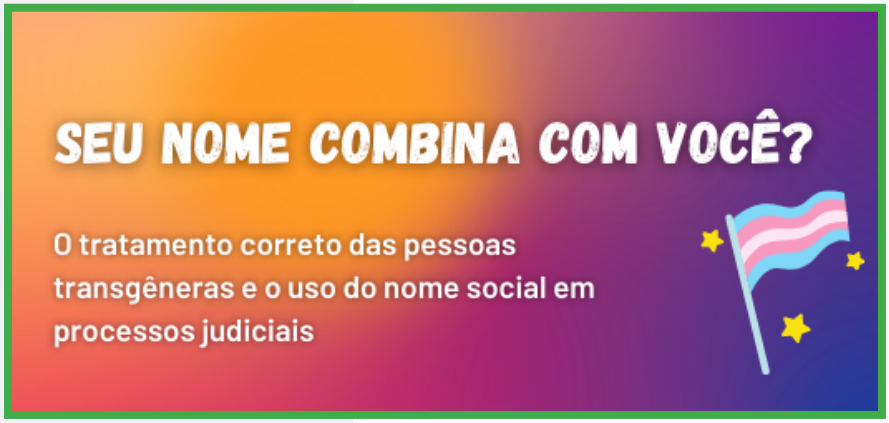
No mês de maio, o Tribunal promoveu consulta pública sobre proposta de regulamentação da Política Institucional de Gestão de Resíduos Sólidos, no âmbito da Justiça Federal nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em agosto, a **Resolução PRES 451/2021** disciplinou o tema com a finalidade de prevenção, precaução e visão sistêmica, levando em consideração as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.

Reengenharia da sede do TRF3

A reengenharia do edifício-sede do TRF3, iniciada em 2020 e concluída em 2021, trouxe novas soluções para mais de 60 espaços, entre gabinetes, unidades administrativas, salas de reunião, plenários e órgãos de apoio. A otimização permitiu a devolução de imóveis alugados, a criação de um novo refeitório, de um espaço de convivência e de uma reserva estratégica para receber novos gabinetes. As áreas de atendimento ao público foram concentradas em andares baixos. A medida traz um aumento na segurança, incentiva a utilização das escadas, reduz o uso de elevadores e economiza energia elétrica. Também está alinhada às diretrizes de acessibilidade.

Campanha "Seu Nome Combina Com Você?"

O TRF3 lançou, em junho, a campanha "Seu nome combina com você?", no Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+. O Objetivo da iniciativa é sensibilizar as pessoas que acessam e que trabalham no Judiciário para os direitos das pessoas trans e travestis, além de conscientizar sobre o uso do nome social na instituição e em processos judiciais.



Painel BI PLS-JF3R

No mês de junho foi realizada uma apresentação do Painel Business Intelligence (BI) do **PLS-JF3R**. A ferramenta tem como finalidade conscientizar os setores acerca da importância da gestão e do controle de dados para a avaliação do desempenho ambiental e econômico da Justiça Federal da 3ª Região.

Programa Vivamente

Em outubro de 2021, houve o lançamento do Programa Vivamente. A iniciativa foi instituída pela Presidência do TRF3 para promover ações de prevenção, acolhimento, tratamento e encaminhamento de questões de saúde mental, voltadas para servidores, magistrados, estagiários e colaboradores.

Usinas fotovoltaicas

O TRF3 começou estudos para a viabilidade da instalação de usina fotovoltaica no edifício-sede. O sistema capta a radiação do sol por meio de painéis solares e a transforma em energia. O método é uma fonte renovável, inesgotável, de baixo impacto ambiental e econômico. A iniciativa foi baseada na experiência da JFSP, que concretizou o projeto-piloto no fórum federal de Barueri/SP em 2020.

Programa de Uso Racional da Água (Pura)

Em 2021, a JFSP aderiu ao Programa Uso Racional da Água (PURA), da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), para promover o uso racional e o combate ao desperdício. Em junho, foi lançada a campanha “Água Pura”, a fim de sensibilizar os usuários sobre a importância do bem como valor ambiental e econômico.

Acessibilidade e inclusão social direcionam ações da JF3R

Diminuir as barreiras da pessoa com deficiência no acesso à justiça é um dos objetivos do **Plano Estratégico Regional da Justiça Federal da 3.ª Região para o ciclo 2021-2026**. O tema é uma prioridade para a gestão do desembargador federal Mairan Maia.

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), acessibilidade é a possibilidade de utilização, com

segurança e autonomia, de serviços, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive sistemas e tecnologias, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Desde 2016, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3ª Região tem como papel planejar, propor e zelar pela implementação de ações voltadas à acessibilidade e integração das pessoas com deficiência.

A Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica (Adeg), responsável pelo apoio administrativo à Comissão, revelou que haverá um calendário especial para o ano de 2022, com datas marcadas por ações de sensibilização e capacitação.

"Elaboramos uma trilha de aprendizagem abordando alguns assuntos: acessibilidade e suas dimensões; capacitismo; atendimento inclusivo; tecnologias assistivas com vistas ao trabalho remoto; normas de acessibilidade na web; legislação etc", informou a equipe.

Grupo de Trabalho e Estudos

Além da Comissão, a JFSP formou, em 2020, o Grupo de Trabalho e Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência (CPA3R). Desde então ocorreram sete reuniões, nas quais foram definidos os propósitos do grupo, bem como a criação de cinco frentes de trabalho: Sensibilização e capacitação; teletrabalho; prospecção; projetos institucionais de engenharia; e projetos institucionais de tecnologia da informação. Cada equipe apresentará o resultado de seus estudos em janeiro de 2022 para a consolidação de um plano de ações.

O servidor Alexandre Faruoli Ferraretto, pessoa com deficiência e membro do grupo de trabalho, falou sobre as mudanças: "Apesar de ainda termos muito a avançar, como membro da CPA3R, pude observar que nesse período tivemos vários avanços estruturais visando a melhoria do público interno e externo PcD, além da oportunidade de promover cursos e palestras a respeito do tema".

Inclusão na prática

Aprovada no último concurso para servidores, Melissa Bahia Bauer é socióloga, tem deficiência visual e tomou posse no TRF3 no dia 22/11. Ela elogiou o atendimento que recebeu a partir do momento em que se inscreveu no concurso e afirmou que teve acesso a tudo o que estava previsto na legislação.

"Desde a nomeação venho sendo constantemente contatada, principalmente pela área de Recursos Humanos, para saberem de que maneira poderiam me receber. Isso mostra ausência da barreira atitudinal, que é das mais sérias, pois não adianta tirar as barreiras estruturais se as pessoas não estiverem preparadas para nos receber", contou.

Melissa agora aprende a utilizar os sistemas internos, a partir dos leitores de tela. "Para mim, enquanto pessoa cega, o maior desafio é a acessibilidade da informação". Ela vai trabalhar na Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica (ADEG), onde desenvolverá ações de inclusão: "Agradeço a acolhida e a confiança", concluiu.

Posto de atendimento presencial para pessoas com deficiência auditiva

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e a Justiça Federal de São Paulo deram início às operações dos Postos de Atendimento Presencial da Central de Intermediação em Libras (CIL). O sistema realiza a intermediação entre a pessoa com deficiência e os servidores públicos, com atuação de um intérprete remoto por vídeo.

Além do Tribunal, o plano prevê a implantação de PAPs nos Fóruns Cível, Criminal, Previdenciário e no Juizado Especial Federal de São Paulo. **Leia mais**.

Modernização dos sites de intranet e internet

Em 2021, o Projeto de Modernização da Internet e Intranet teve como objetivo, além de atualizar o visual as páginas da 3ª Região, a melhoria da transparência e da acessibilidade, bem como o aumento da satisfação dos usuários externo e interno no acesso ao conteúdo da Internet e da Intranet.

Cursos e Eventos Socioambientais

Além disso, durante todo o ano de 2021, a Justiça Federal da 3ª Região realizou eventos educativos, como cursos, miniconferências, webinários, palestras sobre as seguintes temáticas:

- Gestão de Resíduos Sólidos na JF3R
- Atendimento humanizado para as Pessoas com Deficiência e prevenção à violência
- Os outros Rs da Sustentabilidade
- Círculo baseado nos princípios da Justiça Restaurativa: Vamos falar sobre Acessibilidade e Fortalecimento de Vínculos
- Acessibilidade e Inclusão na Administração Pública
- II Encontro sobre Acessibilidade e Inclusão de PcD na JFSP - Dimensões, Direitos e Práticas
- As Mulheres em Março
- Direito Ambiental: Desafios à Jurisdição

• Mulheres Indígenas em Abril

• Dignidade das pessoas trans e suas demandas

• A Proteção Jurídica às Pessoas Transgêneras

• Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo

• Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Gênero

• Curso e Webinários Empresas e Direitos Humanos

• Seminário - Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos - desafios e perspectivas

• A Integração da Agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário

• Saúde Emocional na Justiça Federal da Terceira Região

• Políticas Públicas e o Poder Judiciário

• Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual na Justiça Federal da 3.ª Região

• Direitos das Pessoas com Deficiência

• Mulheres Migrantes: O Caso das Juízas Afegãs e o Papel do Brasil no Acolhimento de Refugiadas

Gostou desta edição?

Participe da pesquisa e responda:

O que mais você quer ver na revista 3R?